

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Sonilda Queiroz Santana Santos"

Para: "licitacao@cohapar.pr.gov.br"

Com Cópia: "Lucimar Jose da Silva" , "Kelly Nayra de Lima Loyola Silvestre"

Data: 11/10/2019 11:16

Assunto: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO - COHAPAR - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - PREGÃO PRESENCIAL 10/2019

4 arquivos :: Baixar todos de uma vez

image001.png (572 KB)

Anexos: image002.png (18 KB)

image003.png (214 B)

image004.png (17 KB)

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO COHAPAR - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ PREGÃO PRESENCIAL 10/2019

Prezados Senhores,

Na qualidade de Representante Legal da empresa **Tokio Marine Seguradora S/A, CNPJ: 33.164.021/0001-00** e com o intuito de possibilitar nossa participação no referido certame solicitamos gentilmente que sejam esclarecidos os pontos a seguir especificados, pois estes são pré-requisitos indispensáveis para subsidiar a nossa participação no referido certame.

1 De acordo com o edital, ANEXO e item IV, fala da situação financeira da empresa, onde será feita a análise do balanço patrimonial, tal qual será comprovada por meio dos índices contábeis informados em edital e que serão considerados habilitados os licitantes que apresentarem os seguintes resultados: LC, LG, maior ou igual a 1.

Pedimos que o edital seja retificado, conforme abaixo:

É vedada a exigência de qualificação econômico-financeira desproporcional aos compromissos que a empresa licitante terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto da licitação.

A doutrina e a jurisprudência, preponderantes, convergem no sentido da ampliação da competição, e não da sua redução por exigências excessivas de habilitação, conforme previsto na Constituição Federal:

Art. 37, inciso XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e

econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, o balanço não deveria ser exigido nas licitações em que a capacidade financeira não seja necessária à execução do contrato.

Além do especificado, informo que, as Companhias Seguradoras possuem instrumentos de controle de solvência regulados pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, Órgão

regulador que institui as condições mínimas para que as Companhias Seguradoras, sediadas no Brasil, possam atuar no mercado segurador, além da existência de outros mecanismos de controle de risco e solvência suficientes para garantir aos Órgão Públicos em geral o pagamento de indenizações aos segurados.

DA CAPACIDADE ECONOMICO-FINANCEIRA DA LICITANTE

O Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto uma empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo (até 1 ano), para fazer face ao total às dívidas também de curto prazo (até 1 ano). Desse índice, se extrai que o “Ativo Circulante” da Recorrente representa **R\$ 3.338.233 Bilhões** de Reais, de um **Ativo Total de R\$ 4.192.279 bilhões de Reais**. Abaixo representação do Balanço Patrimonial da Recorrente:

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em R\$ mil)				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ mil), exceto a quantidade de ações e o lucro líquido por ação			
ATIVO	Nota	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		3.245.010	3.338.233	CIRCULANTE		4.192.257	4.192.279
DISPONÍVEL		47.712	39.158	CONTAS A PAGAR		285.128	265.098
Caixa e bancos		47.712	39.158	Obrigações a pagar	15.1	158.444	138.205
APLICAÇÕES	6	672.911	891.826	Impostos e encargos sociais a receber	15.3	101.852	94.731
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		1.429.796	1.349.793	Encargos trabalhistas		23.033	21.805
Prêmios a receber	7.1	1.368.030	1.263.404	Impostos e contribuições	9.1.2	1.790	10.177
Operações com seguradoras		16.580	15.280	DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		593.975	616.450
Operações com resseguradoras	7.2.1	39.036	45.100	Prêmios a receber		4.385	9.112
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	7.3	161.894	126.475	Operações com seguradoras		26.572	10.362
ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO	8	436.821	423.454	Operações com resseguradoras	7.2.2	252.732	250.544
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		12.385	56.422	Comissões de seguros a resseguradoras	7.4	227.298	200.980
Títulos e créditos a receber		5.424	2.338	Outros débitos operacionais	7.5	44.938	44.413
Créditos tributários a previdenciários	9.1.1	620	50.303	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	16	66.906	18.160
Outros créditos		6.132	3.362	PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	17.1	3.106.248	3.362.568
OUTROS VALORES E BENS	10	37.473	49.396	Dano		3.466.027	3.269.632
Bens à venda		36.730	48.804	Pessoas		118.194	117.336
Outros valores		683	592	Vida individual		12.047	5.580
DESPESAS ANTECIPADAS		4.237	10.747	OUTROS DÉBITOS		-	3
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	11	448.172	393.751	Instrumentos financeiros derivativos		-	3
Seguros		448.172	393.751	NÃO CIRCULANTE		1.504.175	1.344.140
NÃO CIRCULANTE		4.306.596	3.482.983	CONTAS A PAGAR		214.300	82.872
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.348.910	3.430.586	Obrigações a pagar	15.1	67.190	48.148
APLICAÇÕES	6	3.026.536	2.286.452	Tributos diferidos	9.1.2	47.161	34.425
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		12.897	8.185	DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		2.096	156
Prêmios a receber	7.1	12.897	8.185	Comissões de seguros a resseguradoras		2.096	156
ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO	8	183.421	147.869	PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	17.1	911.854	779.086
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		996.504	956.913	Dano		808.356	685.294
Créditos tributários a previdenciários	9.1.1	455.056	435.735	Pessoas		79.130	70.440
Créditos judiciais e fiscais	12	541.446	550.178	Vida individual		23.968	23.412
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	11	26.552	18.827	OUTROS DÉBITOS		479.244	475.936
Seguros		26.552	18.827	Provedores judiciais	18	470.344	476.930
INVESTIMENTOS		1.496	1.324	DÉBITOS DIVERSOS		5.921	5.395
Participações societárias		1.244	1.112	Débitos diversos		5.921	5.395
Outros investimentos		252	212	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.549.175	1.263.817
IMOBILIZADO	13	32.492	29.210	Capital social	19.1	985.164	867.473
Imóveis de uso próprio		9.814	9.914	Aumento de capital (em aprovação)	19.1	-	222.937
Bens móveis		18.006	16.644	Reservas de capital	19.2	-	3.546
Outros imobilizações		4.588	2.652	Reservas de liquidação	19.3	8	8
INTANGÍVEL	14	26.737	31.383	Reservas de lucros	19.4	549.473	570.301
Outros intangíveis		26.737	31.383	Ajustes de avaliação patrimonial		33.558	19.540
TOTAL DO ATIVO		7.654.606	6.820.216	Ações em tesouraria	19.5	(30)	(78)
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.654.606	6.820.216

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em R\$ mil)

	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	339.318	153.797
COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE		
Ajustes de avaliação patrimonial - Ativos disponíveis para venda	36.426	63.150
Efeitos tributários sobre o resultado abrangente - ativos disponíveis para venda	(12.825)	(16.777)
Ajustes de avaliação patrimonial - benefícios pós-emprego	(13.868)	(31.355)
Efeitos tributários sobre o resultado abrangente - benefícios pós-emprego	4.185	8.480
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE EFEITOS TRIBUTÁRIOS	346.336	173.295

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Continua)

Logo de início, importante ressaltar que as cifras denotam de forma precisa que a Impugnante é uma empresa de grande porte e que suas operações, igualmente as suas operações, possuindo a mesma capacidade plena para cumprir o contrato do início ao fim, tal como já comprovam, inclusive, os atestados de capacidade técnica que irá apresentar.

A questão apresentada, quanto à "solvência" ou "capacidade de solvência" deve considerar a leitura das Demonstrações Financeiras como um todo e não da forma isolada como ocorreu no presente caso.

Segundo a Circular nº 462/2013 e a Circular nº 517/2015, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão regulador que fiscaliza e normatiza o mercado securitário, as seguradoras são obrigadas a constituir as chamadas "reservas técnicas".

Assim sendo, ainda que estes, quaisquer valores de Reais que estejam registrados no Passivo Circulante da Impugnante, tais valores correspondem a provisões técnicas de seguros que representam reservas de prêmio de resseguro que são apropriados no decorrer da vigência das apólices e que se destinam à cobertura para pagamento de débitos que

podem ou não vir a ocorrer (sinistro).

Ao final de cada mês o valor do prêmio correspondente à cobertura do risco decorrido é revertido para o "caixa" da Seguradora que então efetuará o pagamento dos sinistros e, havendo saldo inferior à reversão, este excedente é revertido em lucro para a Seguradora.

Traduzindo em outras palavras, as "Provisões Técnicas de Seguro" podem ao final do período se tornarem "resultado" para a Seguradora e não propriamente um débito pelo fato de estar registrado no Passivo da Companhia, no caso, no "Passivo Circulante".

Assim sendo, tais provisões, à evidência, somente serão encontradas nas companhias seguradoras, o que certamente afeta os cálculos de liquidez destas em comparação com empresas que não são seguradoras, tal como ocorrido no presente pregão.

Isto significa que tais índices, apesar de padronizados no mercado, podem não representar a efetiva solvência e/ou liquidez das companhias seguradoras dada as peculiaridades destas, seus normativos contábeis e regulatórios.

Portanto, resta cristalino que tal exigência do Edital não se mostra razoável e prejudica o desenvolvimento normal do pregão. Trata-se de modo que este formalismo não deve prevalecer aos olhos da verdade material que, no presente caso, corresponde à efetiva liquidez, solvência e capacidade da Impugnante em cumprir com seus contratos.

Ainda, como se não bastassem tantos mecanismos de controle de solvência, importante ressaltar que nas apólices de seguro, **parte do risco financeiro é transferido para empresas de Resseguro de acordo com determinações da SUSEP.**

Por esta transferência, é impossível que um determinado sinistro fique sem pagamento por falta de fundos,

insolvência ou outro motivo que financeiramente impeça o pagamento de

indenizações. É válido esclarecer que o Governo Federal que deixa claro a respeito das empresas, que cujo índice econômico seja igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos

índices, deverá possuir capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado para contratação:

Obs.: de acordo com a Instrução Normativa nº 02 de 11 de outubro de 2010, o licitante que apresentar índices econômicos igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices, deverá comprovar que possui capital

mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

Não se pode admitir que excesso formalismo ou detalhes do Edital possam se sobrepor ao interesse maior do Estado, que é a busca pelo bem comum. Não se pode admitir igualmente que a Impugnante seja “prejudicada” por não possuir um índice que, na prática e dentro de seu ramo de atuação não se lhe aplica, inutilizando sem lógica o caráter competitivo do certame.

Por todo o exposto, requer que a presente Impugnação seja acolhida para que seja retificada ANEXO e item IV –ualificação Econômico – Financeira , na hipótese em que, caso um ou mais índices sejam menores que 01 (um), que a Licitante possa apresentar Patrimônio

Líquido no mínimo de 10% ou 20% do valor do valor do contrato. Diante do exposto, poderá haver a possibilidade da participação de mais companhias seguradoras na licitação, abrindo o leque de competitividade, que é o propósito da administração pública.

Assim sendo, solicito a esta douta Comissão de Licitação, que o nosso pedido de esclarecimento seja apreciado e deferido.

Att.

Sonilda Queiroz

Sucursal Canal de Licitações

55 62 3604-4710 / VOIP 3 – 624710

Cel. 62 99806-4119

tokiomarine.com.br



NEGÓCIOS



As informações desta mensagem e de seus anexos podem ser confidenciais e/ou privilegiadas e deverão ser utilizadas somente pelo seu destinatário. Caso tenha recebido esta mensagem por engano, favor comunicar o equívoco ao remetente e apagar, permanentemente, o seu conteúdo de qualquer computador. Após a transmissão desta mensagem, a Tokio Marine não se responsabilizará pela integridade e/ou pelo uso indevido destas informações.

The information in this message and its attachments may be confidential and/or privileged and should be used only by the intended recipient. If you have received it erroneously, please notify the mistake to the sender and permanently delete the content of any computer. After the transmission of this message, Tokio Marine shall not be responsible for the integrity and/or misuse of this information.